Continua...

5. IMOBILIZADO: Imobilizado do contrato de Gestão

	Aparelhos Med. Cirurgia 10%	Móveis e Equip. Informática 20%	Maquinas e Equip. 10%	Móveis e Utensílios 10%	Utensílios Hospitalares 10%	Total
	189.386	**77.455**	**1.324.776**	**806.054**	**139.309**	**2.536.980**
Adições	28.899	8.622	39.537	6.211	14.675	97.944
Ajuste de Inventário	537.430	(8.149)	(25.668)	(347.283)	44.069	200.399
Baixa de bens	(5.039)	-	(130.402)	(13.322)	-	(148.763)
Depreciação	(28.425)	(26.682)	(167.089)	(97.721)	(18.249)	(338.167)
Saldo em 31/12/021	**722.251**	**51.246**	**1.041.154**	**353.939**	**179.804**	**2.348.393**
Saldo inicial	**722.251**	**51.246**	**1.041.154**	**353.939**	**179.804**	**2.348.394**
Adições	92.652	-	17.334	6.978	19.837	136.801
Baixa de bens	(722.035)	(30.403)	(930.621)	(319.245)	(176.057)	(2.178.361)
Depreciação	(92.868)	(20.843)	(127.867)	(41.672)	(23.584)	(306.834)
Saldo em 31/12/2022	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios:

	Aparelhos Med. Cirurgia	Maquinas e Equip.	Total
Saldo em 31/12/2022			
Saldo inicial	-	-	**-**
Adições	5.421	24.160	**29.581**
Transferências			-
Baixa de bens	(5.328)	(5.262)	**(10.590)**
Depreciação	(93)	(317)	**(410)**
Saldo final	**-**	**18.581**	**18.581**

Os imobilizados não devolvidos ao Ente Público, referem-se a itens adquiridos pelo Instituto com recursos próprios e serão integrados ao Patrimônio da Sede Administrativa.

6. FORNECEDORES

	2022	2021
Materiais e medicamentos	-	74.546
Serviços	1.764	167.048
Serviços médicos	-	389.330
	1.764	**630.924**

7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Obrigações trabalhistas	34.510	311.450
Provisão férias	85.662	465.888
Provisões FGTS s/férias	6.853	37.270
	127.025	**814.608**

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
INSS a recolher	391	28.342
FGTS a recolher	5.291	44.841
IRRF s/ folha a recolher	21.905	40.311
Contr. Sindical	-	684
Total	**27.587**	**114.177**

9. RECEITAS DIFERIDAS: O Hospital encerrou suas atividades transferindo o total do imobilizado a SESPA.

	2022	2021
Imobilizado – contrato de gestão	-	3.399.318
Total investido em ativo	**-**	**3.399.318**
Depreciação/amortização acumulada	-	(1.050.925)
Total imobilizado/intangível líquido	-	2.348.393
(+) Saldo para investimento	-	-
Receita diferida	**-**	**2.348.393**

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nos congressos, bem como na administração da sede da Entidade. Após o encerramento das obrigações trabalhistas e todos os contratos finalizados o valor remanescente será devolvido na integralidade para a SESPA.

11. RECEITA OPERACIONAL:

	2022	2021
Receitas faturadas	13.527.880	14.122.232
Expectativa contratual de receitas	-	-
	13.527.880	**14.122.232**
(-) Glosa por implantação	-	-
	13.527.880	**14.122.232**

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Período de 01/01 a 31/10/2022	2021
Serviços de gestão	(605.337)	(658.439)
Energia elétrica	(318.485)	(306.770)
Viagens e hospedagens	(27.072)	(13.723)
Outros	(368.619)	(244.856)
	(1.319.513)	**(1.223.788)**

13. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2022	2021
Cota patronal	814.183	966.587
Terceiros	236.113	280.310
RAT/SAT	81.418	96.659
Total INSS	**1.131.714**	**1.343.556**
COFINS	405.836	423.666
Total	**1.537.550**	**1.767.222**

14. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2022, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2022	2021
Aplicações financeiras	3.181.236	6.112.594
Contas a receber	-	-
Total ativos financeiros	**3.181.236**	**6.112.594**
Fornecedores	1.764	630.924
Total passivos financeiros	**1.764**	**630.924**

16. GESTÃO DE RISCOS: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Ipixuna do Pará/PA, 22 de março de 2023.
Cledes Aparecido da Silva
Diretor Executivo - CPF: 040.243.658-00
Lienay Teixeira de Macedo Koury
Contadora - CRC PA – 021003/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH** Hospital Geral de Ipixuna do Pará. Ipixuna do Pará - PA **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de janeiro a outubro de 2022 em que ocorreram suas atividades de gestão, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, foi integralmente revertido ao poder concedente (SESPA), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adotou as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade manteve transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 15 de março de 2022, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-0